

A Língua Transporta Valores¹

Adriano Moreira

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Professor Emérito da Universidade de Lisboa.

1 Alocução proferida na conferência organizada pelo IDN no Porto, na Fundação Eng. António de Almeida, no dia 5 de dezembro de 2013, no âmbito do Ciclo de Conferências “Vetores do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013”.

Embora o globalismo seja como que um tema obrigatório em relação com todos os temas que interessam e inquietam a sociedade portuguesa, o que o vulgariza e diminui as atenções críticas que o avaliam, talvez também para o tema de hoje seja útil ter presente a relação das instituições culturais, e da língua, nesta data de crise aguda financeira e económica, com o globalismo e as identidades.

É uma crise que afecta os Estados, e a relação de cada um com o seu povo e com a comunidade internacional, mas parece exigente que se autonomize a questão da *identidade* de cada comunidade nacional, a parte dela que tenha ficado na terra própria, ou a que se tenha definido no destino das emigrações.

Dando por assumido que o tema da identidade nacional é a premissa maior de todos os outros, comecemos por relacionar essa identidade com o *globalismo* que domina as atenções e condiciona a evolução dos factos sociais.

Recordamos com orgulho que a *mundialização* do conhecimento do globo e dos povos que o habitam teve na epopeia marítima portuguesa a primeira e notável intervenção, e o facto de a história universal incluir uma Era Gâmica, como lhe chamou Toynbee, é um reconhecimento merecido e justo, fazendo de Bartolomeu Dias o exemplo do herói que morreu tentando.

Mas a *mundialização*, que animou as ciências e a economia, não se confunde com o *globalismo* que nos condiciona nesta entrada do Milénio. O globalismo aparece em primeiro lugar como uma cultura mundial uniformizada, em parte pelo *domínio dos centros de informação* que fazem convergir as atenções dos povos para o novo complexo de problemas e desafios, com que esse domínio origina e por vezes concilia uma opinião pública global que não corresponde necessariamente à verdade dos factos. Lembremos, a propósito, que a primeira grande crise da UNESCO, na década de sessenta do século passado, resultou de a sua direcção pretender definir uma nova ordem internacional da informação que libertasse os povos do sul pobre da subordinação às visões do mundo dominante, que as tornava dominadas pelos centros de informação do norte rico, afluente, e consumista, que impediu a realização do projecto.

A *globalização* condiciona assim a compreensão e a intervenção de novos actores internacionais, para além das empresas de informação, mas utilizando as técnicas desta, designadamente as ONG de varias espécies, as multinacionais que tornam homogéneos os consumos de estilos de vestir e formas de alimentação, que se entrelaçam com os costumes diferentes das várias sociedades civis, falando-se de *modernidades alternativas, explosões culturais modernas*, identificáveis desde Los Angeles a Tokyo, passando evidentemente por Lisboa. Era impossível que isto deixasse de implicar mudanças e até mutilações de antigas maneiras de passar pelo mundo, acontecendo que o modelo do livre mercado fracturou antigas economias e até fez desaparecer o interesse ou vivacidade de algumas. Falar-se em democracia de *mercado* passou a constar dos livros e das ideologias. Tudo isto, que já fez inquietar

os Estados, os analistas, e os comentaristas, viu-se acrescentado pelo exercício das técnicas, apoiadas num saber sem precedentes, o que provocou uma interdependência, em que as dependências se multiplicam, em que a hierarquia das potências se altera, cresce a evolução de alguns Estados para *Estados exíguos*, por vezes como que vassallos, de tal modo que o globalismo pode, do ponto de vista político, agregar um grupo limitado de grandes potências sobranças, como os EUA, de poderes emergentes como a China, de agrupamentos de países como a União Europeia, de Estados falhados como vários do sul pobre, de poderes atípicos como os que exercem o terrorismo global. Mas tudo isto, que fez desaparecer velhos conceitos organizacionais incluindo o valor das fronteiras e a definição clássica da soberania, pode provocar a *crise do Estado* que se definiu com aqueles atributos, pode destruir a relação de confiança entre a população e os governos, pode até fazer desaparecer o Estado ou colocar em perigo a sua continuidade, como aconteceu com a Checoslováquia, com a Jugoslávia, como ameaça a Bélgica, ou a Espanha. Mas a crise do Estado, em qualquer das suas formas ou dimensão, não é a *crise da identidade* do povo, da nacionalidade, da região, da pequena pátria de origem que é o canto do mundo onde se nasceu: mundialização, globalismo, e identidade, não se confundem, esta última tendo como expressão mais valiosa a *comunidade nacional*.

Algumas destas *comunidades* sempre tiveram que procurar fora da sua terra de origem, no exercício do direito natural de ir pelo mundo, outra liberdade ou melhor futuro, e tal se passa com o *povo português* ao qual atribuo um *quarto império* de que não se fala o suficiente. Tivemos o I Império, o das Índias, que realmente acabou em Alcácer-Quibir, com o Estado falido de recursos; tivemos o II Império do Brasil, que terminou com o grito do Ipiranga do Príncipe D. Pedro, decorrência das invasões francesas, e a metrópole exaurida de recursos; tivemos um III Império de África, que resultou da Conferência de Berlim de 1880, que acabou em 1974, justamente com o Império Euromundista em que eram dominantes as soberanias europeias da frente marítima atlântica; mas tivemos um IV Império, o dos emigrantes e das suas viúvas de homens vivos, os primeiros ajudando os seus povos e o Estado com as remessas, e as segundas governando a sociedade civil, as casas e os filhos, as tradições, os costumes, as esperanças.

Sem diminuir a importância das instituições populares que neste pequeno espaço do continente europeu, que nos pertence, salvaguardam e fortalecem usos e costumes, mantendo os cultos privativos de cada uma das *pequenas pátrias* em que se analisa um povo, associando-se para o infortúnio das más colheitas ou do fogo traiçoeiro, práticas que continuam vivas em muitas terras portuguesas, ou as que, ainda hoje, cultivam a solidariedade de vizinhos em associações, ou mantêm vivo o interesse das comunidades pelos avanços do saber ou pelos valores das coisas, que asseguram a capacidade de construir novos futuros e manter velhas esperanças, pretendo entre elas salientar as associações de portugueses e descendentes de

portugueses, e filiados na cultura portuguesa, que existem no estrangeiro. Chamei a essa parte do nosso povo a *Nação peregrina em terra alheia*, e recorro como exemplo destacado o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Acontece que, quando a descolonização já exigia a retirada das soberanias europeias de África e do Oriente, foram os dois Congressos das Comunidades Portuguesas, realizados respectivamente em Lisboa em 1964, na Sociedade de Geografia de Lisboa, e em 1966 a bordo do Príncipe Perfeito, partindo de Lourenço Marques na rota de Vasco da Gama, que lançaram as bases da futura CPLP, tendo como resultados a actual Academia Internacional da Cultura Portuguesa, que ainda está viva, e a União das Comunidades de Cultura Portuguesa, que juntou dezenas de associações espalhadas pelo mundo, na Califórnia, na Nova Inglaterra, no Canadá, no Brasil, na Argentina, em França, na Malásia, e assim por diante, todas unidas pela maneira portuguesa de estar no mundo, e pela língua portuguesa. E aqui entram os temas que mais interessa à vossa associação, que é uma excelente representante desse espírito. Notamos em primeiro lugar que o inglês é hoje a língua internacionalmente dominante, mas não tem uma CPLP; que o francês procura manter a projecção internacional com a Alliance Française e os Liceus Franceses, mas não tem uma CPLP; que o espanhol é falado por milhões de pessoas, em várias latitudes, mas não tem uma CPLP. Esta, que nós temos, é uma das janelas de liberdade de Portugal no atribulado mundo de hoje, cujo cimento é a maneira portuguesa de estar no mundo, e nesta maneira, que nos identifica, está a língua, e desta vamos ocupar-nos na sua relação com Portugal e deste com o mundo.

Subitamente, a questão da língua tornou-se uma componente do complexo problema da globalização, o que não impede que seja envolvida em detalhes de menor dimensão.

Em primeiro lugar ganhou evidência a relação do tema com a crise das soberanias, incluindo o alcance e vigor actual do conceito estratégico de poderes que dominaram extensas regiões do mundo. Na espécie de anarquia da ordem internacional, em que vivemos, o apelo à salvaguarda do património imaterial da humanidade, no qual o nosso património da CPLP se destaca, mobiliza-nos pela exigência de merecermos o futuro.

O contexto em que vivemos reserva memória histórica dessa passada situação, em que as potências europeias da frente marítima atlântica detinham, em regime de conflitualidade interna, a supremacia da governança mundial, agora mais ligada à imagem que vai enfraquecendo dos EUA. Do sul ao norte desse continente americano, o português, o espanhol, o inglês, e modestamente o francês, definiram fronteiras geográficas onde cresceram identidades nacionais, que conservam ligações, de importância variável, com as metrópoles originárias da acção colonizadora. De qualquer modo, e sem poder ignorar-se a diversidade de governos que ali levaram às independências, o nativismo ganhou em muitas partes um vigor alimentado pela

ânsia de os sobreviventes nativos dos massacres coloniais reencontraram as suas raízes específicas. Mas o facto não eliminou, com mínimas excepções, o predomínio estruturante da língua implantada pelos colonizadores: no caso da língua, que não é neutra, que transporta valores, destaca-se o facto de, no nosso caso, transportar valores diferenciados das várias latitudes em que se implantou, o que lhe confere uma função valiosa na urgente política de harmonização das áreas culturais.

Nessas regiões, como viria a acontecer na África negra do último impulso imperial europeu, a língua foi uma componente fundamental do tecido unificador da pluralidade étnica e cultural dos grupos inscritos nas respectivas futuras sociedades civis. Esta função, tão relacionada com a estratégia do poder político colonial dominante, teve uma singular demonstração de importância no facto de os EUA, instituindo o poder nas Filipinas, terem, em meio século, conseguido que o inglês suplantasse o espanhol das descobertas e evangelização.

Neste caso, a globalização dava os primeiros sinais de que a relação entre a projecção imperial, quer com forma jurídica específica, quer com a forma difusa da hegemonia, e a projecção da língua do poder dominante, não perdia actualidade e vigor. Quando, nesta entrada do terceiro milénio, a língua inglesa assume um papel dominante em todos os domínios do complexo globalismo, na ciência, na economia, na estratégia e segurança, na diplomacia, nas instâncias internacionais, nos meios de comunicação social, um dos factos relevantes é que a sede da hegemonia política circulou da Inglaterra para os EUA, no âmbito linguístico de uma estrutura em relação à qual Churchill suspeitou que a Inglaterra e os EUA eram países separados pela mesma língua: mas a realista Madame Thatcher recomendou manter a solidariedade anglo-saxónica acima do tema da mudança respectiva na hierarquia das potências, salvaguardando a seu complexo património imaterial comum. Em toda esta evolução o francês foi perdendo a função que lhe pertenceu na temática da balança de poderes europeus.

Estas referências têm relação inteira com a problemática da língua portuguesa, e aconselham uma leitura apegada aos factos, designadamente aos factos da mudança da conjuntura mundial. Recentemente, um investigador, com responsabilidades na Universidade da ONU, e justamente por isso, pareceu-nos inquietante quando concluiu e anunciou que “na maior parte dos casos, chamar a um país “irmão” revela paternalismo ou anacronismo. No caso do Brasil, chamado de “irmão” pela classe política portuguesa, revela ambos”, e até adverte contra o facto de que “consciente ou não do facto, Portugal tenta vários mecanismos para amarrar o gigante sul-americano à sua esfera de influência”, ignorando que “o museu da língua portuguesa é hoje em S. Paulo e não em Lisboa” (*Diário de Notícias*, 15-02-09, Rodrigues Tavares). A ignorância da física do poder político é evidente.

Já temos suficientes motivos de inquietação sobre as fragilidades da indispensável ONU, para que esta debilidade de informação sobre o debate interno em relação à

língua portuguesa venha inscrever-se nas dificuldades que sobram. Temos necessariamente que meditar sobre “a língua e o conceito estratégico português”, como todos os países que participaram com essa realidade da língua na definição do tecido globalista, mas é inteiramente possível e indispensável, conciliar necessidade com lucidez, e no caso da CPLP pretendemos que, em pé de igualdade, todos os seus membros participem na salvaguarda desse património, um facto que fortalece as suas diferenças nacionais.

Todos os Estados que participaram no Império Euromundista procuram definir uma fronteira cultural envolvente dos antigos territórios e comunidades, quando são lúcidos, agora a partir de uma perspectiva de contratualização. Neste processo, a avaliação das componentes do poder efectivo nacional condiciona as formas de intervenção que podem agregar-se à intervenção cultural, podendo esta ser apenas auxiliar das restantes, designadamente da intervenção económica nas suas variadas formas. Nessa avaliação de componentes do seu poder nacional, em função dos objectivos definidos pelos programas de governo, vem reflectida a hierarquia efectiva das potências, e talvez não exija minuciosa demonstração concluir pela importância excepcional da língua no caso da portuguesa, num quadro em que a competição pelas hegemonias, nas antigas áreas do regime colonial, tem todas as grandes potências como actores. Temos sinais de que, no âmbito da CPLP, e não obstante os reduzidos recursos financeiros existentes, a avaliação destes factos ganha consistência. Na minha leitura, o Brasil, como Portugal, está chamado a liderar o consenso da defesa do nosso património imaterial, a bem do desenvolvimento sustentado de todos, e da reorganização da governança mundial.

A reunião, na Assembleia da República, em 2004, dos presidentes das assembleias parlamentares de todos os Estados da CPLP, ficará como referência importante do processo de redefinição do tecido conjuntivo dos países de língua oficial portuguesa, do nosso comum objectivo estratégico, e dos deveres que ultrapassaram largamente o acordo ortográfico.

Designadamente, para manter assim aberta uma janela de oportunidade, ligada à história e ao futuro, que é afirmar no mundo a autonomia de gestão das relações contratualizadas entre os países de língua oficial portuguesa, tendo como referência a relação com o Brasil, sempre privilegiada a partir do Tratado de 1825 que lhe reconheceu oficialmente a independência. Que a solidariedade inspirada pela língua e pela cultura possa sobrepor-se à formação de espaços inspirados por interdependências de outros interesses, é uma prova da sua força. A pertença de Portugal à União Europeia e à NATO, a pertença do Brasil ao Mercosul, a pertença de Moçambique à Comunidade Britânica, com todas as respectivas exigências específicas, não impede que o património imaterial comum, em que se destaca a língua, seja o elo forte do tecido cultural conjuntivo que os une.

A tarefa de harmonizar tão diferenciadas e múltiplas filiações, de todos e cada um dos países que falam português, umas baseadas na experiência e na história, outras induzidas pelas leituras do futuro premente, é certamente uma das mais desafiantes para os respectivos governos, que todos exercitam uma soberania em crise, e dos quais se espera uma criatividade que sirva a paz como envolvente forte da mudança.

Uma longa teoria de pensadores e intervenientes políticos da área lusófona, sem ignorar os utópicos do V Império que vão do Padre António Vieira a Agostinho da Silva, apoiaram de longe perspectivas contrárias às que inquietam meios anglo-saxónicos da superpotência sobranceira. Tem interesse lembrar essas correntes, para tornar evidente a capacidade que a CPLP revela de construir um projecto assente na lúcida compreensão de que princípios e valores culturais asseguram solidariedades de longo prazo, para além das diferenciações de leituras das conjunturas, dos conflitos de interesses datados, da própria subida aos extremos do recurso às armas: só assim é possível ver nascer e compreender o nascimento de uma União Europeia para além de duas guerras mundiais, ou uma solidariedade franco-alemã para além de desastres repetidos, de tal modo que já foi dito que a língua europeia de integração é a *tradução*.

As solidariedades horizontais, no nosso caso sendo em primeiro lugar a da língua, são um elemento que fortalece o tecido da globalização das dependências, que contribui para uma articulação entre a linha da territorialização dos poderes políticos e a linha da mundialização da sociedade civil organizada em rede: textos de Amílcar Cabral ou de Eduardo Mondlane, testemunham que esta preocupação lhes foi comum nas distâncias geográficas em que agiam.

Como foi recentemente recordado por Xanana Gusmão, então presidente do mais jovem dos Estados da CPLP, o milagre da língua traz uma iluminação irrecusável ao conjunto, a intensa cooperação nas áreas da cultura, da ciência e da tecnologia é um corolário evidente. Do Oriente chegam outros importantes incitamentos. Vejamos o caso da China.

A situação de instabilidade militar, que teve o seu ponto mais crítico na segunda guerra do Iraque, tem inclinado os observadores a desenvolverem hipóteses sobre o eventual equilíbrio mundial que não poderá ignorar a presença da China. Ora, a evolução da política externa da China tem demonstrado que a sua visão do mundo se afasta progressivamente do dogmatismo maoísta, segundo o qual “os povos oprimidos devem contar primeiro com a sua própria luta”.

A reacção internacional ao feito que é marcado pelo lançamento executado pelo foguetão “Longa Marcha”, foi de congratulação, de acordo com o facto de a nave “Shenzou-5” levar a bordo uma bandeira chinesa e uma bandeira da ONU.

A proposta política herdada de Deng Xiaoping foi-se demonstrando consistente, designadamente com o pacifismo da transferência da soberania de Hong-Kong e

de Macau, com respeito pelos compromissos assumidos quanto ao estatuto dos territórios e à estabilidade das sociedades civis.

Esta evolução promissora teve recentemente uma manifestação do maior interesse, que foi a reunião em Macau, por iniciativa do governo da região, dos representantes dos países de língua oficial portuguesa, incluindo Timor. Trata-se do universo da CPLP, sem que esta seja a destinatária da iniciativa, mas com inclusão de Portugal. A novidade, mesmo no domínio das técnicas das relações internacionais, está em que o governo da China como que delegou no governo de Macau a responsabilidade pela condução do processo de aproximação com os Estados abrangidos pela iniciativa. A delegação traduz-se em que Macau desempenhará a função de plataforma negocial na área das relações económicas que a China pretende fortalecer.

Neste projecto, são de salientar os motivos que levaram a adoptar um modelo que supomos sem precedente. Para tornar o ponto claro é suficiente conhecer os termos em que o *South China Morning Post* relata o acontecimento. Depois de recordar que a presença de Portugal na Ásia é antiga de quatro séculos, vinda de um tempo em que “o pequeno Estado europeu era uma grande potência marítima”, assinala: “A língua e o restante legado cultural ainda ligam Macau a Portugal na Europa, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique em África, Timor no Pacífico e Brasil na América do Sul. *Estes laços são parte da rica herança de Macau*”.

As relações da China com tal espaço são já apreciáveis, incluindo uma presença policial em Timor, enquadrada na missão da ONU. Mas o reconhecimento da função privilegiada de Macau, pela herança portuguesa recebida, para pilotar o fortalecimento das relações, merece o interesse português, e certamente do Brasil, no sentido de se envolverem activamente na iniciativa, que ao mesmo tempo fortalece a identidade de Macau, consolidando a sua especificidade e estatuto.

O Vice-Primeiro Ministro da China Wu Yi não hesitou em declarar que “o fórum... fará crescer dramaticamente a importância política de Macau nas relações internacionais”. Por outro lado, vozes atentas de Hong-Kong sublinham a lucidez de valorizar a herança colonial, o que significa apelar à racionalização das políticas, superando as cóleras das libertações coloniais. Embora se trate dos países da CPLP, sem que esta seja chamada, o facto também poderá ajudar a avaliar os apoios a dispensar e reforçar para que aquela comunidade tenha um papel activo na comunidade internacional.

Da União Indiana, e de Goa em particular, chegaram notícias relacionadas com a visita do Presidente da República Portuguesa que alertam para a urgência de preservar a dimensão da presença da língua portuguesa, e interesse internacional dela para o relacionamento da União Indiana com os países da CPLP.

Por muito que o soberanismo clássico resista à reformulação do conceito para atender à dureza dos factos, a crise é evidente, com uma erosão que empurra muitos dos antigos médios e pequenos Estados para a categoria de *exíguos*, isto é sem ca-

pacidades suficientes para o desempenho. Também com as velhas grandes potências ocidentais a organizarem-se em grandes espaços com definição política incerta, com a superpotência sobrando a mostrar demorado reconhecimento dos poderes emergentes no antigo chamado resto do mundo, e forçada a compreender que o unilateralismo multiplica os desafios e aconselha a meditar sobre a metodologia da cooperação para equilibrar a capacidade e evitar uma ruptura semelhante à fadiga dos metais.

Entre os analistas mais vocacionados para encontrar um paradigma racionalizador da mudança em curso, com alguma salvaguarda da função antes dominante dos Estados, os factos parecem encaminhar a percepção incerta para a cautelosa hipótese de que o modelo do *state center paradigm* cede a um *world politics paradigm*.

A nota dominante é que o processo decisório, em cada desafio que se agudiza, se traduz numa negociação entre uma pluralidade de agentes, certamente entre eles muitas sedes de poderes políticos, mas com uma heterogeneidade de intervenientes que emergem de uma espécie de sociedade civil transestadual, e com vinculação institucional a centros que não possuem a validação do direito internacional.

Um facto que despertou por exemplo a atenção de Friedman quando, em *The Lexus and the Olive Tree* (2000), vaticinou que o futuro, num mundo global, pertencerá a inovadores e simples utilizadores ligados às redes da informação e do saber, podendo na relação estarem empresas ou consumidores, superpoderes ou indivíduos dotados de altas capacidades de intervenção.

Quando, em 1995, por exemplo, os jornais noticiaram que Bill Gates tivera conversações com Jiang Zenin, na China, comentadores divertiram-se a imaginar que os EUA eram uma subsidiária da Microsoft Corporation, com isto reconhecendo que os poderes internacionais não eram necessariamente Estados, e que a soberania tem concorrentes de nova espécie.

Sendo inquietante que a globalização económica frequentemente faça recordar a geografia da fome de meados do século passado, exige empenhamento lidar com o facto de que é nessas paragens que a invocação da ilusória soberania aparece como único recurso, designadamente a muitos dos países latino-americanos onde quarenta por cento da população vive na pobreza ou na miséria, redefinindo uma esquerda na qual finalmente se inscreve Evo Morales, um *cocalero* da Bolívia. O Fórum Social Mundial, nesta data a lutar contra o que chama a hegemonia mediática que foi causa de uma das grandes crises da UNESCO, vai-se perfilando como resposta ao G-8 dos mais ricos, ou ao G-2 + 18 que se chamou G-20, tudo sendo uma emergência que se define articulada no seio da anarquia madura em que se traduz a imagem da comunidade internacional em mudança.

Voltando à previsão de Friedman, os pequenos países, que são os mais atingidos pela crise do Estado-soberano ainda quando são sólidos como Estados-Nação, também cada vez mais sabem que as despesas de soberania exigem reformulação, e que

o seu acento tónico se desloca para conseguir uma relação sólida da população, dos responsáveis pela formação científica e técnica, das entidades económicas, e dos quadros estaduais, às redes da informação e do saber. Trata-se de uma situação em que a diplomacia também necessariamente se reformula para encontrar, e reconhecer como interlocutores, não apenas governos, também multinacionais e activistas, centros eventualmente a lutar por objectivos contraditórios, por vezes a vitória na guerra, por vezes o lucro, mas por vezes, e acima de tudo, a dignidade dos homens e dos povos.

Estamos numa circunstância de fortes carências financeiras do Estado, de crise económica, de quebra dos valores da sociedade de confiança. A exigência de uma meditação sobre o núcleo essencial e renovado das despesas de soberania, na sua relação com a sociedade da informação e do saber, com uma identificação dos interlocutores emergentes para além dos Estados, com uma perspectiva de sociedade transnacional em mudança, deriva imperativamente de um conceito responsável de governo. As despesas de soberania não são um conceito que inclui apenas as tradicionais funções, entre as quais avultam a defesa e a segurança. Temos desafios que são identificadamente novos, e entre eles o desafio científico e técnico, e sobretudo o da língua, exigem uma perspectiva de soberania. O financiamento não pode ser decidido com critérios de pequenas e médias empresas, tem de ser definido como despesa de soberania.

A rede do ensino e da investigação, por iniciativa das Universidades, já articula a comunicação interna amparada pelos escassos meios financeiros ocasionais. Mas talvez esteja ao alcance dos recursos disponíveis organizar na CPLP uma antena de estímulo, cooperação, e solidariedade com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que faça dessa vertente uma das frentes do interesse nacional permanente de cada um dos países, pela internacionalização que não pode ser apenas europeizante e transatlântica. Reconhecendo que a importância e função da língua portuguesa, em relação a potências terceiras, radicam a sua relevância nos mercados de destino em que se fala português. Avaliando que o Brasil é, nessa perspectiva, um participante privilegiado. Por isso mesmo reforçando a dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, uma proposta que Sarney aceitou e à qual deu forma, mas que ao qual não tem sido proporcionado um apreciável desempenho. Um desempenho que, da nossa parte, ganhará em não esquecer que a língua não é nossa, também é nossa. Para além de ser nossa é uma variável estruturante da unidade brasileira, do processo de consolidação da unidade dos Estados africanos de língua portuguesa, um alicerce da unidade independente de Timor, um instrumento da expansão económica de países como o Japão e a China, uma ferramenta essencial para a indagação das raízes de numerosas comunidades espalhadas ao redor da terra, uma componente do património imaterial da humanidade.